

ameaçam fazer greve no início do ano que vem

Rovênia Amorim

-Da equipe do Correio

Aos pouquinhos o governo Cristovam Buarque foi fechando o ano do jeito que queria. No último dia de convocação extraordinária da Câmara Legislativa, o governador comemorou a aprovação de dois projetos polêmicos e impopulares: menos recursos para o Fundo de Manutenção e de Desenvolvimento da Educação Fundamental e de Valorização do Magistério e o fim da incorporação da gratificação de função, chefia, assessoramento, assistência ou cargo em comissão para os servidores que estiverem se aposentando.

Com a primeira aprovação, o governo evita um gasto extra de R\$ 93 milhões, segundo o secretário de Fazenda, Mário Tinoco. A segunda, que elimina benefícios salariais, representa economia da ordem de 15% nos gastos com cargos comissionados.

Mas as boas notícias para o início de 1998 acabam por aí. Em pleno ano eleitoral, o Governo do Distrito Federal (GDF) vai ter de enfrentar o Sindicato dos Professores (Sinpro): uma massa significativa de 25 mil opositores que ameaçam greve.

"Se o Fundo de Manutenção tivesse passado do jeito que a gente queria seria mais fácil negociar", diz Olgamir de Paiva, uma das diretoras do Sinpro. "A categoria está no seu limite, é aguerrida e não vai se curvar às imposições do governo", avisa.

DATA-BASE

Para o secretário Mário Tinoco, que durante os quatro dias da convocação da Câmara, tentou costurar um acordo com o Sinpro, o substitutivo apresentado pela categoria "era um biombo" para esconder a verdadeira intenção dos professores: conseguir aumento em 1998. "Não estamos querendo esconder nada. É isso mesmo que queremos", reage Rejane Pitanga, outra diretora do Sinpro.

Na previsão do Sindicato dos Professores, a volta às aulas na rede pública será "tumultuada". Na verdade, mutilada pelas assembleias e mobilizações dos professores. Se não houver avanço na campanha salarial, a categoria ameaça deflagrar greve a partir de fevereiro. "Precisamos conquistar a incorporação de 22,5% da Tidem (Tempo Integrado de Dedicção Exclusiva em Magistério)", lembra a diretora Olgamir.

Eles já haviam conquistado 27,5% da gratificação foram conquistados com a greve de 46 dias no primeiro ano do governo Cristovam. Este ano os professores mobilizaram-se, mas não chegaram a decretar greve. Para o ano que vem, contudo, a categoria antecipa estratégias mais duras: "Não importa se 1998 é ano eleitoral. Não vamos ficar de braços cruzados ouvindo não, não e não", avisa Rejane Pitanga.

Como o governo continua tentando "algum benefício" para os 37 mil servidores da administração direta em março, o principal empecilho de Cristovam antes das eleições de outubro será a batalha salarial contra os professores. "As demais categorias só têm data-base em novembro e dezembro, depois das eleições", assinala secretário-adjunto de Administração, Márcio Baiocchi.

Quanto à estratégia dos professores de partir para a radicalização, o secretário de Governo, Swedenberger Barbosa, avisa: "Mesmo sabendo do desgaste que isso pode representar para o GDF em um ano eleitoral, não seremos irresponsáveis de dar benefícios salariais para os professores".